A BNC-FORMAÇÃO CONTINUADA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA NOVA (DES)ORDEM GLOBAL: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

Daniela Vieira Pereira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Ba, Brasil
ID ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5129-8201
Endereço eletrônico: e-mail: dani.vp@hotmail.com

Palavras-chave: formação continuada de professores; BNC-Formação Continuada; políticas educacionais; nova ordem global; trabalho docente.

INTRODUÇÃO

A formação de professores tem ocupado lugar estratégico nas reformas educacionais implementadas nas últimas décadas em diversos países. Inseridas em um contexto de reestruturação do capitalismo global, essas reformas têm promovido mudanças significativas nas políticas curriculares, nos sistemas de avaliação e nos modelos de profissionalização docente. Nesse cenário, organismos internacionais, fundações empresariais e redes de governança educacional passaram a influenciar a formulação de políticas voltadas à padronização curricular, ao desenvolvimento de competências e à gestão por resultados, configurando o que diversos estudiosos identificam como expressão da racionalidade neoliberal na educação (DARDOT; LAVAL, 2016).

No Brasil, a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), instituída pela Resolução CNE/CP nº 1/2020, integra um conjunto de reformas articuladas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à BNC-Formação Inicial. O documento propõe referenciais profissionais destinados a orientar o desenvolvimento profissional docente, estabelecendo competências, habilidades e práticas consideradas essenciais para o exercício da profissão.

Entretanto, tais políticas não são neutras, conforme argumenta Freitas (2014), a formação de professores constitui um campo de disputas entre diferentes projetos educacionais e societários. Para a autora, as reformas contemporâneas têm fortalecido modelos de formação baseados em competências e desempenhos, deslocando a centralidade da formação crítica para perspectivas orientadas pela eficiência, produtividade e responsabilização docente. Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a BNC-Formação Continuada, buscando compreender suas concepções de formação docente e suas relações com os processos de regulação educacional característicos da nova (des)ordem global.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como documental, de natureza qualitativa, tendo como corpus de análise a Resolução CNE/CP nº 1/2020 e o documento BNC-Formação Continuada na Prática: Implementando processos formativos orientados por referenciais profissionais (BRASIL, 2021).

A análise foi desenvolvida a partir dos pressupostos da análise documental crítica, compreendendo os documentos oficiais como produções históricas que expressam projetos políticos, econômicos e educacionais em disputa. Foram identificadas categorias relacionadas às concepções de formação docente, profissionalização, competências, avaliação, monitoramento, responsabilização e desenvolvimento profissional.

Os dados foram interpretados à luz das contribuições teóricas de Freitas (2014), Dardot e Laval (2016) e Shiroma e Evangelista (2015), autores que discutem os impactos das reformas neoliberais sobre as políticas educacionais e o trabalho docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise evidencia que a BNC-Formação Continuada está estruturada a partir da noção de referenciais profissionais, concebidos como parâmetros orientadores das práticas docentes e dos processos formativos. O documento propõe a elaboração de matrizes de desenvolvimento

profissional, instrumentos de acompanhamento das práticas pedagógicas e mecanismos de avaliação contínua voltados à melhoria dos resultados educacionais.

Observa-se que a política estabelece uma forte articulação entre currículo, avaliação, gestão e formação docente. As ações formativas são organizadas a partir da identificação de necessidades de aprendizagem dos estudantes, da definição de metas e da implementação de estratégias capazes de produzir resultados mensuráveis. Tal organização aproxima-se dos modelos de gestão educacional baseados em evidências e desempenho que vêm sendo difundidos internacionalmente.

Nesse sentido, a formação continuada deixa de ser compreendida prioritariamente como espaço de reflexão crítica sobre a prática e sobre as condições sociais da educação, assumindo um papel estratégico para o alcance de objetivos previamente definidos pelos sistemas de ensino. Conforme destacam Shiroma e Evangelista (2015), as políticas educacionais contemporâneas têm produzido novas formas de regulação do trabalho docente por meio da definição de padrões, metas e mecanismos de controle que orientam as práticas profissionais.

A centralidade atribuída aos referenciais profissionais e ao desenvolvimento de competências revela a influência de uma concepção gerencial de formação. Freitas (2014) argumenta que as reformas educacionais implementadas no Brasil nas últimas décadas têm promovido a expansão de modelos formativos fundamentados em competências e resultados, reforçando processos de padronização da docência e restringindo a autonomia intelectual dos professores. Para a autora, tais políticas tendem a reduzir a formação docente à aquisição de habilidades consideradas necessárias para atender às demandas dos sistemas educacionais, enfraquecendo sua dimensão política, crítica e emancipatória.

Outro aspecto relevante identificado na análise refere-se à responsabilização dos professores pelos resultados educacionais. Embora o documento reconheça a influência de fatores institucionais e socioculturais sobre a aprendizagem dos estudantes, a ênfase recai sobre a necessidade de modificar práticas pedagógicas e desenvolver competências profissionais específicas para melhorar os indicadores educacionais. Esse movimento desloca para o âmbito individual responsabilidades que estão relacionadas também às condições estruturais de funcionamento das escolas e às desigualdades sociais que atravessam os processos educativos.

Essa perspectiva pode ser compreendida à luz das reflexões de Dardot e Laval (2016), que analisam a expansão da racionalidade neoliberal como uma forma de organização social baseada na concorrência, na produtividade e no desempenho. Segundo os autores, essa lógica ultrapassa o campo econômico e passa a orientar instituições públicas, redefinindo suas finalidades e formas de funcionamento. No campo educacional, tal racionalidade manifesta-se por meio da valorização de indicadores, avaliações e mecanismos de responsabilização que transformam professores e estudantes em sujeitos permanentemente avaliados.

Por outro lado, a análise também permite identificar tensões e contradições presentes na própria BNC-Formação Continuada. O documento enfatiza a importância do trabalho colaborativo, da escuta da comunidade escolar, da reflexão sobre a prática e da consideração dos contextos institucionais e socioculturais. Esses elementos revelam a coexistência de princípios associados à valorização da participação docente com mecanismos de padronização e controle que caracterizam as políticas educacionais contemporâneas.

Desse modo, a BNC-Formação Continuada expressa disputas entre diferentes projetos de formação, de um lado, consolida-se uma perspectiva alinhada às demandas da governança educacional global, baseada em competências, desempenho e responsabilização. De outro, permanece a defesa de uma formação comprometida com a autonomia docente, a produção coletiva do conhecimento e a transformação social, conforme defendem Freitas (2014), Shiroma e Evangelista (2015).

CONCLUSÕES

A análise documental realizada evidencia que a BNC-Formação Continuada se insere em um contexto mais amplo de reconfiguração das políticas educacionais sob influência da nova (des)ordem global. Embora apresente elementos relacionados ao desenvolvimento profissional e à colaboração entre pares, a política privilegia mecanismos de monitoramento, avaliação e alinhamento das práticas docentes a referenciais previamente estabelecidos.

Os resultados corroboram as análises de Freitas (2014) ao demonstrarem que a formação de professores constitui um espaço de disputa entre projetos distintos de educação e sociedade.

Ao enfatizar competências, desempenho e responsabilização, a BNC-Formação Continuada fortalece tendências regulatórias presentes nas reformas educacionais contemporâneas.

Conclui-se que a construção de políticas de formação docente comprometidas com a justiça social exige o fortalecimento da autonomia profissional, da reflexão crítica e da valorização das condições concretas de trabalho dos professores. Em um contexto marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais e educacionais, torna-se fundamental defender projetos formativos que compreendam a docência como prática intelectual, política e socialmente comprometida com a democratização da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasília, 2020.

BRASIL. **BNC-Formação Continuada na Prática: implementando processos formativos orientados por referenciais profissionais**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 427-446, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.